



ATA DE REUNIÃO

Referência: Processo nº E-20/001.001054/2020

CONSELHO DE CONTROLE DA GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDPERJ

Aos 11 de dezembro de 2020, em reunião virtual pelo sistema ZOOM tendo em vista o recolhimento domiciliar devido à pandemia causada pelo COVID-19, às 14.00 horas, foi aberta a reunião pelo Sr. Presidente do Conselho de Controle da Gestão, **RODRIGO BAPTISTA PACHECO** cumprimentando e agradecendo a presença virtual dos presentes; **MARCELO LEÃO ALVES** - 1º Subdefensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro e dos Conselheiros **ELIANE MARIA BARREIROS AINA, FÁBIO CUNHA e IARA FREIRE DE MELO BARROS**, compondo, ainda, a reunião virtual a Diretora de Orçamento e Finanças da DPGERJ, **MARIANA DE ANDRADE SARAIVA**. O Presidente, Rodrigo Pacheco, fez uma explanação a respeito do impacto da pandemia no fundo cuja arrecadação vinha regular de janeiro a março quando a pandemia chegou ao Brasil tendo paralisado todos os órgãos, as aulas suspensas e a Defensoria toda remota, provocando a estagnação da atividade econômica. Mostrou que a arrecadação no mês de abril teve uma redução de 60% (sessenta por cento) tendo havido três meses muito difíceis, registrando a menor arrecadação na história dos quinze anos do fundo. A recuperação se iniciou nos meses de junho e julho quando a média de arrecadação voltou à média regular de arrecadação. Em seguida o Presidente explanou que com a estabilização do repasse do duodécimo ficou resolvido que a grande parte das despesas são transferidas para o duodécimo aliviando desta forma o Fundo objetivando que este seja utilizado quase exclusivamente para investimento e uma reserva para momento de crise tendo em vista a instabilidade política do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, demonstrou que nos meses de março e abril todos os contratos foram revisados a fim de reduzir ao máximo as despesas, tendo em vista que a arrecadação já estava em franca queda. Esclareceu, em seguida, que conseguiu comprometer com despesa do Fundo metade da arrecadação. O Fundo tem uma reserva que é destinada para investimento. Em outubro, houve outra estratégia tendo em vista a sobra de orçamento de pessoal o que conduziu a administração a remanejar o orçamento de pessoal para investimento e custeio e colocou mais despesas no duodécimo o que ocasionou a arrecadação de cinco milhões e quatrocentos mil reais e gastar um milhão e quatrocentos mil reais do Fundo, o saldo está íntegro nas reservas. O Presidente esclareceu que a estratégia é transferir a maioria das despesas para o duodécimo tendo em vista que se houver saldo no duodécimo terá que ser devolvido para o governo. No Fundo, o que não for gasto fica para a Defensoria. O Presidente realçou o trabalho hercúleo da equipe da Diretora de Finanças, Mariana de Andrade Saraiva, que revisou cada contrato separadamente tendo renegociado cada um no sentido de reduzir as despesas. Em seguida, o Presidente explanou sobre o ciclo de arrecadação que vem caindo ano após anos, tendo caído cerca de doze por cento nos últimos cinco anos tendo em vista a turbulência política do Estado do Rio de Janeiro. Informou que o ano de 2015 foi muito difícil, quando começou a redução de despesas e que todas as despesas da Defensoria saiam do Fundo. Registrou como marco histórico a atuação do ex. Defensor Público Geral, André Castro, que revolucionou a Defensoria Pública tendo apresentado, pela primeira vez, em quinze anos, o orçamento de custeio de investimento diretamente à Assembleia Legislativa. A cada ano as gestões trabalham para aumentar a fatia da Defensoria Pública do Estado em relação ao duodécimo. Acrescentou que provavelmente haverá um aumento do duodécimo porque há uma Emenda Parlamentar de nove milhões e seiscentos mil reais. Pela primeira vez em quinze anos o nosso duodécimo é maior que a arrecadação do Fundo o que dá tranquilidade para o futuro da instituição. Realçou o impacto

causado pelo aumento do duodécimo e diminuição de despesas do Fundo que gerou um superavit. O ano será fechado com um superavit de setenta milhões de reais que estão livres para investimentos. A meta é alcançar um Superavit de cem milhões para o próximo ano. Finalizou informando que no próximo ano haverá despesas terceirização de mão de obra, manutenção de órgãos, ampliar a contabilidade para incorporar, na Defensoria, o preenchimento do ITD e aumentar a bolsa dos estagiários para novecentos reais. Em seguida, passou a palavra a Diretora de Finanças que compartilhou na tela os gráficos com dados até outubro enfatizando que na Audiência Pública os dados foram apresentados até o mês de novembro. Continuou informando que durante este ano além da reestimativa feita no mês de março foi necessário mais uma reestimativa no mês de julho por conta da pandemia. Quando a reestimativa foi feita a pretensão de arrecadação seria de cerca de cinco milhões de reais, contudo houve uma superação desse valor. A arrecadação foi muito ruim em abril e maio, contudo houve a diminuição das despesas. O gráfico apresentado mostrou a comparação entre a arrecadação no ano de 2019 e 2020. A Diretora esclareceu que embora a arrecadação tenha diminuído muito a redução das despesas com a revisão de cada contrato possibilitou a saúde financeira do Fundo. Somente no mês de abril a Defensoria teve uma despesa maior que no mesmo mês do ano de 2019, entretanto aconteceu por conta da abertura do orçamento que demora um pouco para acontecer. Na realidade a despesa alta se justifica pelos pagamentos de despesas anteriores. A Diretora continuou analisando o gráfico dos resultados demonstrando que há setenta e três milhões na conta. Continuou explicando o regime de competência e as despesas de cada mês, demonstrando que as despesas começaram a cair a partir no mês de abril. A Diretora passou para o gráfico de resultados demonstrando que, embora tenha havido uma queda absurda houve uma recuperação, realçando que, mesmo com pandemia, tivemos um resultado maior que o do ano de 2019, já que naquele ano havia doze milhões e neste ano de 2020 há dezoito milhões de sobra. A Diretora de Finanças finalizou a apresentação. Houve uma pergunta em relação a aplicação em CDB no Banco Bradesco e a Diretora informou que as taxas de CDB são muito baixas, tendo decidido por não fazer a aplicação e manter o valor no fundo do Bradesco. Informou que há uma nova gerente que está localizada em São Paulo e que cuida da conta da Defensoria tendo a referida gerente informado que a aplicação no fundo é melhor do que o CDB por conta das taxas que são altas. O nosso fundo é risco Brasil e por esse motivo tem um risco bem menor e por este motivo a rentabilidade é menor. A Conselheira Eliane Aina parabenizou a equipe pelo resultado excepcional e também entende que o melhor é manter o valor no fundo do Banco Bradesco registrando que a equipe tem autonomia para tomar a melhor decisão a respeito da questão. O Conselheiro Fabio se manifestou para dar os parabéns à gestão pela eficiência de toda a equipe e pediu uma cópia do contrato com o Bradesco para analisar a questão da obrigatoriedade em aplicar somente no Banco Bradesco. A Diretora de Finanças informou que o contrato tem validade até o ano de 2022. O Primeiro Subdefensor Público informou que essa foi a primeira licitação que a Defensoria elaborou. A Diretora de Finanças informou que a experiência foi muito interessante. O Conselheiro Fábio esclareceu que é importante entender o contrato porque haverá, no futuro, uma quantia bem maior para ser aplicada. A Diretora de Finanças informou que enviará o contrato pelo e-mail. Em seguida, como não houve mais perguntas o Senhor Presidente agradeceu a presença virtual de todos e declarou encerrada a reunião às 15.00 horas, solicitando a lavratura desta ATA que eu, Iara Freire de Melo Barros, Secretária, redigi, e por todos os Conselheiros presentes, virtualmente, será assinada eletronicamente.

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

PRESIDENTE

MARCELO LEÃO ALVES

1º SUBDEFENSOR GERAL

IARA FREIRE DE MELO BARROS

CONSELHEIRA TITULAR

ELIANE MARIA BARREIROS AINA

CONSELHEIRA SUPLENTE

FABIO CUNHA

CONSEHEIRO SUPLENTE



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LEÃO ALVES, 1º Subdefensor Público do Estado**, em 25/01/2021, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iara Freire de Melo Barros, Usuário Externo**, em 26/01/2021, às 21:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BAPTISTA PACHECO, Defensor Público Geral do Estado**, em 01/02/2021, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO FERREIRA DA CUNHA, Defensor Público**, em 03/02/2021, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE MARIA BARREIROS AINA, Defensora Pública Especial**, em 03/02/2021, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0508314** e o código CRC **0D81932B**.

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br



ATA DE REUNIÃO

Referência: Processo nº E-20/001.001054/2020

CONSELHO DE CONTROLE DA GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDPERJ

Aos onze de dezembro do ano de dois mil e vinte, em audiência pública virtual transmitida ao vivo pelo canal do youtube da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (<https://www.youtube.com/watch?v=6nwoMO5hS6w> - <https://www.youtube.com/watch?v=F5QnglsdsKw>), tendo em vista o recolhimento domiciliar devido à pandemia causada pelo COVID-19, às 10:00 horas, foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente do Conselho de Controle da Gestão, Dr. **RODRIGO BAPTISTA PACHECO**, cumprimentando a todos. Compondo, ainda, a audiência virtual, a Diretora de Orçamento e Finanças da DPE/RJ, **MARIANA DE ANDRADE SARAIVA**. O Presidente declarou aberta a audiência prevista no art. 2º, X, do Regimento Interno, para divulgação dos atos de controle e gestão do FUNDPERJ. De início, o Presidente destacou a obrigação da realização de duas audiências públicas, uma no início e outra no final do ano. A do início do ano de 2020 não foi realizada justificadamente por conta da pandemia da COVID-19, ressaltando que a audiência pública visa um processo de transparência e compartilhamento de informações e demonstrar o comportamento do Fundo Especial da Defensoria Pública. Dada a palavra a Diretora de Orçamento e Finanças, foi relatado o desafio do ano de 2020 para organização do orçamento, diante da arrecadação do fundo, o esforço na renegociação dos contratos e a importância do duodécimo de custeio. Em seguida, o Presidente compartilhou a apresentação, demonstrando o impacto da pandemia na arrecadação do fundo. O fundo da defensoria tem basicamente sua receita oriunda das custas dos cartórios. Nos últimos dez dias de março de 2020, a pandemia chega com mais força no Brasil, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, onde foram adotadas medidas restritivas que impactaram na economia. Houve queda de 60% da arrecadação do fundo. Ao passar dos meses, o distanciamento social foi sendo afrouxado e a atividade econômica retomada, mas comparativamente à média de arrecadação, os meses de maio e junho foram ruins para fins de arrecadação. Em julho, volta-se ao patamar de arrecadação com ligeiro acréscimo provavelmente fruto de uma recuperação da economia. Destacou-se que a estratégia, desde 2019, foi mudar o caráter de despesa do fundo, destinado mais a investimentos de médio e longo prazo, permitindo maior previsibilidade da sua arrecadação. Parte das despesas correntes (locação, terceirização, luz, água, locação de equipamentos de TI) está sendo transferida para o duodécimo que tem natureza de despesa permanente, continuada, deixando o fundo para maiores investimentos. Foi criado o Comitê de Gestão de Crise da COVID-19 com trabalho hercúleo de rever e renegociar os contratos. Foram apresentados slides com as principais despesas da defensoria em 2020, bem como com as economias de 2020, no valor total de R\$ 7.845.383,11 (contratos suspensos, licitações suspensas, queda no consumo e redução nos contratos de locação). A referida economia permitiu o pagamento das bolsas dos estagiários, da mão de obra terceirizada ainda durante o fechamento das sedes. Outrossim, foram apresentados slides com comportamento da receita real e comportamento da despesa real. Nos últimos 05 anos, a arrecadação vem caindo gradativamente, haja vista o ciclo de crise que o Estado do Rio de Janeiro vive desde 2015. Os dados apresentados de 2020 se referem até novembro de 2020, evidenciando a pior arrecadação da história do fundo. No que tange ao comportamento da despesa real, vem sendo feito trabalho de redução das despesas do fundo, justamente da estratégia orçamentária de as despesas correntes serem alocadas no duodécimo, bem como por conta da renegociação de todos os contratos da Defensoria Pública. Foi apresentada a evolução do repasse do duodécimo de outras despesas de custeio e a evolução do superávit da Defensoria Pública. Todo o trabalho a partir do recebimento do duodécimo e o deslocamento das despesas tem permitido o superávit do fundo crescer. Em 2020/2021, há projeção de superávit de R\$ 70.585.248,99 do FUNDPERJ. Após a apresentação

dos números da prestação de contas da Defensoria Pública, demonstrando toda a evolução orçamentária nos últimos 06 anos e não havendo perguntas, o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão às 10:40hs, solicitando a lavratura da presente ata que eu, Bruna Beyer Faller, redigi, e pelo Conselheiro Presidente, será assinada eletronicamente.

RODRIGO BAPTISTA PACHECO

PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BAPTISTA PACHECO, Defensor Público Geral do Estado**, em 01/02/2021, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0508315** e o código CRC **C776F51D**.

Avenida Marechal Câmara, 314 - Bairro Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-080
- www.defensoria.rj.def.br